



COC-158/76

Contrato de Concessão para explora o dos serv os públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR e a Prefeitura Municipal de CAMPO MOURÃO, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado o Município de CAMPO MOURÃO, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  52/74, de 26.09.74, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Eng  CLAUDIO H OLIVEIRA ARAUJO, por seu Diretor Financeiro, Econ ALCEU HELLVIG, assistida pelo Bel ALLAN STRADIOTTO, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condi es expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR criada pela Lei Estadual n  4684, de 23.01.63, a explora o e opera o dos serv os públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários de CAMPO MOURÃO, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador executor ou fiscalizador de execu o dos conv nios celebrados, para os fins do item a, entre o Munic pio e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serv os de água pot vel e de esgotos sanit rios; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serv os que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSIONÁRIA, competéncia para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serv os e assegurem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constituição Federal. QUARTA: É vedado à CONCESSIONÁRIA proceder isenção de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros só poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que, em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá à CONCEDENTE, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal, decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da Legislação Vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o ônus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sistema de abastecimento de água, estimado nesta data em 182.789,00 UPC, correspondendo a CPS 30 768 872,37 (trinta milhões, setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e dois cruzeiros e trinta e sete centavos), a CONCEDENTE participará com uma contribuição de 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CONCEDENTE de que trata esta cláusula estimada em 45.697,250 UPC, ou seja CPS 7 692 218,10 (sete milhões, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e deztois cruzeiros e dez centavos), será integralizada em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas no valor 1.269,368 UPC cada uma, a partir de janeiro de 1977. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDENTE, f

AM - CA

ca com um crédito líquido de 25.128,244 UPC, correspondendo nesta data a CR\$ 4 229 837,50 (quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e trinta e sete cruzeiros e cinquenta centavos), referente ao acervo do sistema de esgotos sanitários existente, de acordo com o Laudo de Avaliação elaborado pela Comissão designada pela Portaria Municipal 124/76. Fica igualmente estabelecido que o valor supra mencionado integrar  a participação da CONCEDENTE quando as obras de esgotos forem programadas. PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONCEDENTE participar  ainda com igual percentagem, nas futuras construções, melhoramentos, extens  es ou ampliações dos sistemas da cidade de acordo com cronograma físico-financeiro das obras. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica desde já estabelecido que as participações da CONCEDENTE serão transformadas em ações preferenciais, no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO ÚNICO: Caso as participações sejam em bens e direitos, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do Decreto Lei n  2627, de 26 de setembro de 1940 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA SEGUNDA: Se no decorrer da Concessão houver interesse das partes na execução das obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de termo aditivo. DÉCIMA TERCEIRA: Por ocasião da assinatura do presente contrato, o Poder Executivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 3  da Lei de Concessão. DÉCIMA QUARTA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizado pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos servi  os de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndio, comoções públicas, guerras etc. DÉCIMA SEXTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudo visando o aprimoramento e a programac o das obras de instalação e de ampliação dos servi  os públicos concedidos dentro de sua política de ação. DÉCIMA SÉTIMA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de ação em prática na

rea atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto às tarifas vigentes .
DECIMA OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, d vendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condi   es técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DECIMA NONA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento. VIGÉSIMA: Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e, indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município. VIGÉSIMA PRIMEIRA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA SEGUNDA: Nesta data fica rescindido o contrato de Financiamento n  08/70 celebrado em 28.07.70, entre a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e a Companhia de Desenvolvimento, Urbanismo e Saneamento de Campo Mourão, com a interveniência da Prefeitura Municipal. Dando a SANEPAR plena, geral e raz  quitacão do Saldo devedor no montante de 741,701 UPC, correspondendo atualmente a CR  124 850,50 - (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros e cinquenta centavos), débito esse referente ao ex-FAE. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica expresse que o débito mencionado nesta Cláusula foi deduzido do valor do acervo do sistema de esgotos sanitários constante do Laudo elaborado pela Comissão designada pela Portaria Municipal n  124/76. VIGÉSIMA TERCEIRA: Este contrato terá sua vigência a partir desta data, condicionado ao encerramento da Operação pela atual Concessionária do sistema de esgotos sanitários.



com integral pagamento e indenização de seus credores, quer preferenciais, quer quirografários. PARÁGRAFO UNICO: A CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, será considerada sucessora da CODUSA .
VIGÉSIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 29 de dezembro de 1976.

ENG  CLAUDIO H OLIVEIRA ARAUJO
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

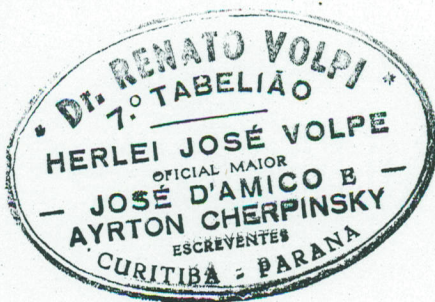
ECON ALCEU HELLVIG
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

SR RENATO FERNANDES SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MOUR 

BEL ALLAN STRADIOTTO
ASSESSOR JURÍDICO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:

Amadeu José de Almeida
Widia L ria C. Sella



Reconheço a assinatura de Claudio H. Oliveira Araujo Renato Fernandes Silva Allan Stradiotto e Alceu Hellvig
Curitiba, 12 de Janeiro de 1977
Em test. da verdade
AL-
TABEL O



Registro de Títulos e Documentos
2.  Ofício - CURITIBA
A 1.  via Reg. sob n. 8257
1977 em 13 de 01 de 1977
Scriba Juris
EMPR. JURAMENTADO